



Revista

# COISAS DA POLÍTICA

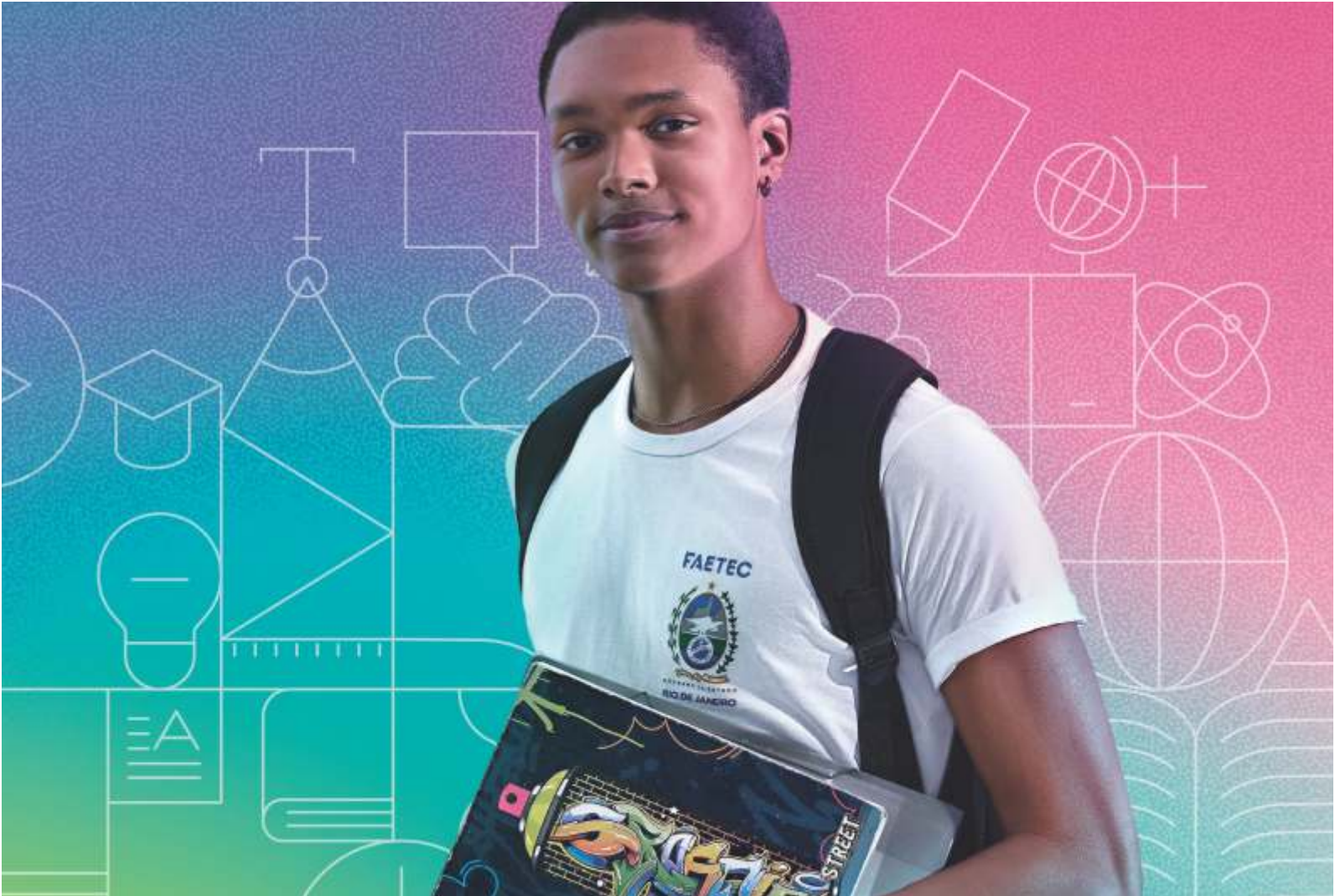
TODA NOTÍCIA É SELETIVA; AQUI NÃO É DIFERENTE!

ANO II - VOLUME 15 - RIO DE JANEIRO - OUTUBRO DE 2025



## BACELLAR NO COMBATE AO CRIME

Estado do Rio sai na frente com Lei de autoria do  
presidente da Alerj para enfrentamento à criminalidade



# A FAETEC NÃO PARA DE CRESCER.

É mais investimento, mais oportunidades  
e um futuro melhor para o nosso estado.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro nunca investiu tanto na FAETEC. E com mais investimento, vem mais oportunidades: são mais de 200 mil vagas para novos alunos, 3 mil vagas de estágio, 257 convocações para concurso e mais de mil vagas para mulheres em vulnerabilidade. Também inauguramos 15 novas unidades e 42 laboratórios de iniciação científica. Hoje, temos mais de 70 mil alunos por ano, com mais de mil opções de cursos gratuitos. Porque o trabalho não para. É todo dia e é para todos.

**FAETEC**



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO**

O TRABALHO NÃO PARA. É TODO DIA E É DE TODOS.

Acesse [faetec.rj.gov.br](http://faetec.rj.gov.br) e conheça os cursos.



## EDITORIAL

### Caros leitores,

Não é surpresa para ninguém que o tema da Segurança Pública esteja entre os mais debatidos nos últimos meses, seja nos noticiários ou nas rodas de conversa. Sempre atentos às demandas da população fluminense – e de todo o país –, preparamos uma edição quase inteiramente dedicada a esse assunto tão urgente.

Na capa, uma matéria especial sobre a Lei 10.994/25, de autoria do deputado Rodrigo Bacellar. Conhecida como PEC-RJ, a norma estabelece uma série de medidas como cerco eletrônico, novas regras para presos e internação mínima de jovens infratores. O texto foi tão bem recebido na Alerj que conquistou apoio de deputados de direita, centro e esquerda, além de prefeitos em diversas regiões do estado.

Em Cabo Frio, equipes da Guarda Municipal intensificam o combate aos flanelinhas, que vêm afastando turistas e gerando apreensão entre moradores. Em Brasília, a população ainda segue chocada com o caso de menores que mataram um jovem em um assalto e debocharam da polícia na delegacia, seguros da impunidade. No Senado, a Comissão de Segurança Pública (CSP) avalia um projeto que pode redefinir o papel dos estados na execução penal. Já no combate ao sequestro de recém-nascidos, a Câmara Federal aprovou projeto do deputado General Pazuello que obriga a inclusão da digital da mãe na Declaração de Nascido Vivo.

Tudo isso, você confere aqui, na revista Coisas da Política. Boa leitura!

Carlos Cruz – Editor



**COISAS  
DA POLÍTICA**

[WWW.COISASDAPOLITICA.COM](http://WWW.COISASDAPOLITICA.COM)

[contato@coisasdapolitica.com](mailto:contato@coisasdapolitica.com)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA LTDA

CNPJ: 53.311.915/0001-84

Representante Comercial

Carlos Cruz

(21) 97218-9986

[contato@coisasdapolitica.com](mailto:contato@coisasdapolitica.com)

Tiragem: 10.000

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**

Jefferson Lemos | 18963RJ

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

M. Macedo



**COISAS  
DA POLÍTICA**



## ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Entre em contato com nosso representante comercial pelo email [contato@coisasdapolitica.com](mailto:contato@coisasdapolitica.com)

**CIDADES****ÁGUA QUE FLUI, VIDA QUE MUDA**

Bomba d'água instalada pela Águas do Rio na Vila São João. Crédito: divulgação

O que antes era dor de cabeça hoje é sinônimo de alívio e dignidade em São João de Meriti. No município da Baixada Fluminense, onde 123 mil pessoas já foram beneficiadas por um amplo plano de melhorias, a água voltando a correr pelas torneiras marca uma nova fase em Vilar dos Teles e Vila São João. Para cerca de 38 mil moradores desses bairros, o barulho antes raro se tornou trilha diária de mais conforto e segurança. Depois de anos de espera, moradores e comer-

ciantes agora vivem a rotina que parecia distante: ver a água tratada jorrar com regularidade.

O avanço faz parte do trabalho da Águas do Rio, concessionária do grupo Aegea, que vem investindo no sistema de abastecimento de toda a região. As intervenções incluem a implantação de 20 bombas e a instalação de 40 quilômetros de novas redes de água. Segundo a empresa, essas obras ajudam a reconstruir a autoestima de quem aprendeu a conviver com a escassez. Mais

do que infraestrutura, essa é uma história sobre dignidade, saúde e esperança fluindo outra vez.

A mais recente bomba entrou em operação em Vilar dos Teles e Vila São João. A inspetora de alunos Jaqueline Alves, que vive há três décadas na parte alta da Vila São João, conta que a mudança é sentida todos os dias.

“Desde que ligaram a bomba, a água cai o dia inteiro. Durante muito tempo, a gente sofria com a falta de abastecimento, principalmente no verão. Agora, saber que tem água toda hora dá um alívio enorme, inclusive para quem tem idoso e criança em casa”, comemora.

**Geografia, um grande desafio**

De acordo com a Águas do Rio, cada obra como essa reafirma o propósito de oferecer um serviço essencial pautado pela eficiência e pelo respeito à população.

“A entrega dessa nova bomba representa mais

um passo concreto no nosso compromisso de levar água tratada com regularidade, qualidade e respeito às pessoas. Quando investimos em infraestrutura, investimos também na saúde, na autoestima e no futuro das comunidades. Cada ação como essa reforça que o saneamento é um agente de transformação social, e é isso que nos move todos os dias”, destaca Sinval Andrade, diretor institucional da concessionária.

A geografia de São João de Meriti, com quase 60 morros, sempre foi um desafio para a regularidade do abastecimento. Agora, com a ampliação dos sistemas de bombeamento, a água chega com mais pressão e estabilidade, mesmo nas áreas mais altas.

“Essas novas instalações representam um marco importante para a cidade, que historicamente enfrentou dificuldades no abastecimento. Nosso compromisso é seguir ampliando essas estruturas, levando mais eficiência e qualidade de vida às áreas elevadas do município”, afirma Aline Félix, gerente institucional da Águas do Rio.

**PREFEITURA QUE ENTREGA!**

Em Teresópolis tem trabalho para todo lado! Em pouco tempo, a Prefeitura avançou em frentes que estavam há anos abandonadas e os resultados já começam a aparecer!

**DOMINGÃO ZeraFila**

A espera por consulta já melhorou! E muito! Com o 'Domingão Zera Fila', pacientes que aguardavam há mais de um ano estão sendo atendidos.

- » Mais de 40% de redução nas filas de clínica médica e otorrino
- » 22.632 atendimentos ambulatoriais
- » 25.310 consultas médicas
- » 9.512 consultas de enfermagem

**Reforma completa do SPA Eitel Abdallah, no bairro São Pedro.**

Com novos equipamentos, mobiliários e melhorias estruturais, sua capacidade de atendimento hoje é de até 1.500 pessoas por mês. Saúde de qualidade entregue à população!

**Melhor em CASA**

A segurança do hospital no conforto de sua casa

Cuidado e saúde no conforto do seu lar! Em parceria com o Ministério da Saúde, a Prefeitura leva uma equipe até você para uma recuperação perto da sua família. Informe-se na UBS mais próxima.

» 9.610 atendimentos em 2025 (até out.)

E não para por aqui. Já fizemos muito, mas ainda temos muito para fazer. Acompanhe @prefeiturateresopolis

PREFEITURA MUNICIPAL **TERESÓPOLIS** acima de tudo!

## DEPUTADO SERGIO FERNANDES ARTICULA COM GOVERNO DO ESTADO E PREFEITURA SOLUÇÕES PARA QUEDA DE REPASSES A PETRÓPOLIS



O deputado estadual Sergio Fernandes. Crédito: divulgação

O deputado estadual Sergio Fernandes (PSD) se reuniu, no dia 9 de outubro, com o secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Juliano Pasqual, para discutir alternativas que possam mitigar os impactos da queda no Índice de Participação dos Municípios (IPM) nas receitas de Petrópolis. O encontro também contou com articulações junto à Prefeitura da cidade, comandada pelo prefeito Hingo Hammes, e teve como objetivo abrir um canal de diálogo permanente entre os três entes.

A preocupação gira em torno da redução gradual do IPM de Petrópolis desde 2023. O índice, que define a cota de cada município na partilha do ICMS estadual, tem sofrido queda, resultando em perdas mensais significativas nos repasses estaduais para a cidade.

“É importante ressaltar que nossa agenda teve um caráter colaborativo e institucional, voltada à construção conjunta, sem viés político-partidário. Precisamos reforçar o diálogo entre Parlamento, Governo do Estado e Prefeitura para assegurar justiça na repartição de receitas estaduais”, afirmou o deputado.

Sergio Fernandes defende que a recomposição do índice é uma questão de justiça fiscal. Segundo ele, essa é uma das principais bandeiras de seu mandato na Alerj, no qual tem buscado atuar como ponte entre Petrópolis e o Governo do Estado.

“Entre todas as bandeiras que levantei, uma das mais importantes foi e continua sendo a de garantir que Pe-

trópolis receba os recursos que merece para seguir investindo em serviços públicos e no desenvolvimento local”, destacou.

De acordo com Fernandes, a revisão do IPM envolve critérios técnicos como o valor adicionado fiscal, movimentação econômica e o registro de empresas no município. Esses pontos estão sendo reavaliados em conjunto com a Secretaria Estadual de Fazenda.

Além da reavaliação técnica, o deputado também tem defendido a implementação de medidas estruturais para garantir maior estabilidade financeira às prefeituras fluminenses. “Não se trata apenas de rever números, mas de estabelecer bases sólidas para que os municípios tenham previsibilidade orçamentária e possam planejar seus investimentos com segurança”, concluiu.



O secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Juliano Pasqual, e o deputado Sergio Fernandes. Crédito: divulgação



## TERESÓPOLIS TERÁ PRIMEIRO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A concessionária Águas da Imperatriz está à frente de um projeto que representará um marco histórico para a cidade de Teresópolis: a implantação do primeiro sistema de esgotamento sanitário do município. O projeto conta com o apoio de R\$ 286 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltados à expansão e modernização do abastecimento de água e à instalação do sistema de esgoto, que beneficiará diretamente milhares de moradores.

O apoio do BNDES será feito por meio de investimento de R\$ 250 milhões em emissão de debêntures incentivadas, coordenada pelo banco, além de R\$ 31 milhões do programa Ecolinvest e R\$ 5 milhões da linha saneamento do BNDES Finem. O apoio total soma R\$ 286 milhões, o que corresponde a 48,2% do total do projeto. Além do BNDES, a emissão de debêntures contou com outros R\$ 250 milhões distribuídos ao mercado. Foram recebidas ordens de investimento de 11 gestoras, tendo sido alocadas oito, em um total de 274 fundos, com redução da remuneração esperada das debêntures e consequente redução do custo da dívida da emissora.

Um dos principais investimentos é a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da cidade. Como a cidade não dispõe desse sistema, parte substancial dos efluentes de esgoto é escoada sem tratamento pela rede de água pluvial até os corpos hídricos que cortam o município, especialmente o Rio

Paqueta que, por sua vez, polui outros rios e municípios à jusante.

“O apoio do BNDES tem sido fundamental para viabilizar projetos estruturantes de saneamento no país. Já tivemos experiências muito exitosas em Petrópolis e Nova Friburgo, onde essa parceria permitiu ampliar de forma significativa a cobertura dos serviços e melhorar a qualidade de vida da população. Agora, em Teresópolis, temos a confiança de que o mesmo caminho de sucesso será trilhado”, afirmou o diretor-presidente do Grupo Águas do Brasil, Claudio Abduche.

Até 2029, a meta contratual é de um índice de cobertura de coleta e tratamento de esgoto de 70% da população urbana de Teresópolis/RJ, com a Companhia esperando atingir, neste ano, percentual um pouco maior, de 76,5%. O projeto prevê, por exemplo, a implantação da primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Teresópolis, a ser instalada no Distrito Sede, além de uma segunda ETE, que ficará próximo à rodovia BR-116, para atender os bairros periféricos que ficam nessa região.

O projeto prevê também outras melhorias, como execução de mais de 4.000 novas ligações de esgoto, a implantação de 85,2 km de redes coletoras de esgoto e de 25 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE).

Os investimentos para expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) são para a concessionária cumprir a meta de universalizar a cobertura de água de 99% até 2029, obter maior segurança hídrica no abastecimento da cidade e reduzir as perdas operacionais. Até o final do prazo de concessão também serão instaladas quatro novas Estações de Tratamento de Água (ETAs), com processos avançados de filtração direta, que aumenta a capacidade de tratamento e a qualidade da água distribuída.

Águas da Imperatriz é a concessionária responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Teresópolis (RJ). A empresa, que iniciou suas operações

em janeiro de 2024, faz parte do Grupo Águas do Brasil, fundado em 1998 e que hoje atende cerca de 5 milhões de pessoas. O Grupo Águas do Brasil conta com 11 concessões no estado do Rio de Janeiro, distribuídas em 29 municípios e que atendem cerca de 28% da população fluminense. Também opera outras duas concessões no Estado de São Paulo e uma em Minas Gerais, totalizando 14 concessionárias e duas unidades industriais no país.

## SEMANA DO SACO CHEIO: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA DE CABO FRIO INTENSIFICA AÇÕES CONTRA FLANELINHAS



Secretaria de Segurança e Ordem Pública reforçou as ações de fiscalização em toda a cidade para coibir a prática ilegal da “flanelagem”. Crédito: divulgação/Prefeitura de Cabo Frio

Com o aumento de turistas em Cabo Frio durante a Semana do Saco Cheio, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Segurança e Ordem Pública, reforçou as ações de fiscalização em toda a cidade para coibir a prática ilegal da “flanelagem”. As rondas preventivas estão sendo intensificadas em pontos estratégicos de grande movimentação, garantindo mais segurança para moradores e visitantes.

A atuação de guardadores autônomos de veículos, conhecidos como “flanelinhas”, é proibida

pela Lei Municipal nº 4.115/2024, que veda esse tipo de atividade em vias e logradouros públicos de Cabo Frio. A prática também tem previsão no Código de Contravenções Penais como exercício irregular de profissão, podendo ainda estar associada a delitos como ameaça e extorsão contra cidadãos.

As equipes da Guarda Civil Municipal estão mobilizadas em diversos pontos da cidade. Estão envolvidos os grupamentos Tático Móvel, de Trânsito, da Ronda Ostensiva Municipal Urbana

(Romu), da Guarda Marítima e Ambiental, do Grupamento do Però e do Grupamento de Tamoios. As ações estão concentradas nas praias do Forte; Però; Conchas; Foguete e Pontal do Però, além do Boulevard Canal; São Bento; Passagem; orla do Pontal de Santo Antônio; e praia de Unamar, em Tamoios. Praças e áreas comerciais também estão sendo monitoradas pelas equipes, inclusive com uso de drone.

De acordo com o secretário de Segurança e Ordem Pública, coronel Leandro Carvalho, o trabalho da Guarda Civil Municipal será constante durante o período de grande fluxo de visitantes.

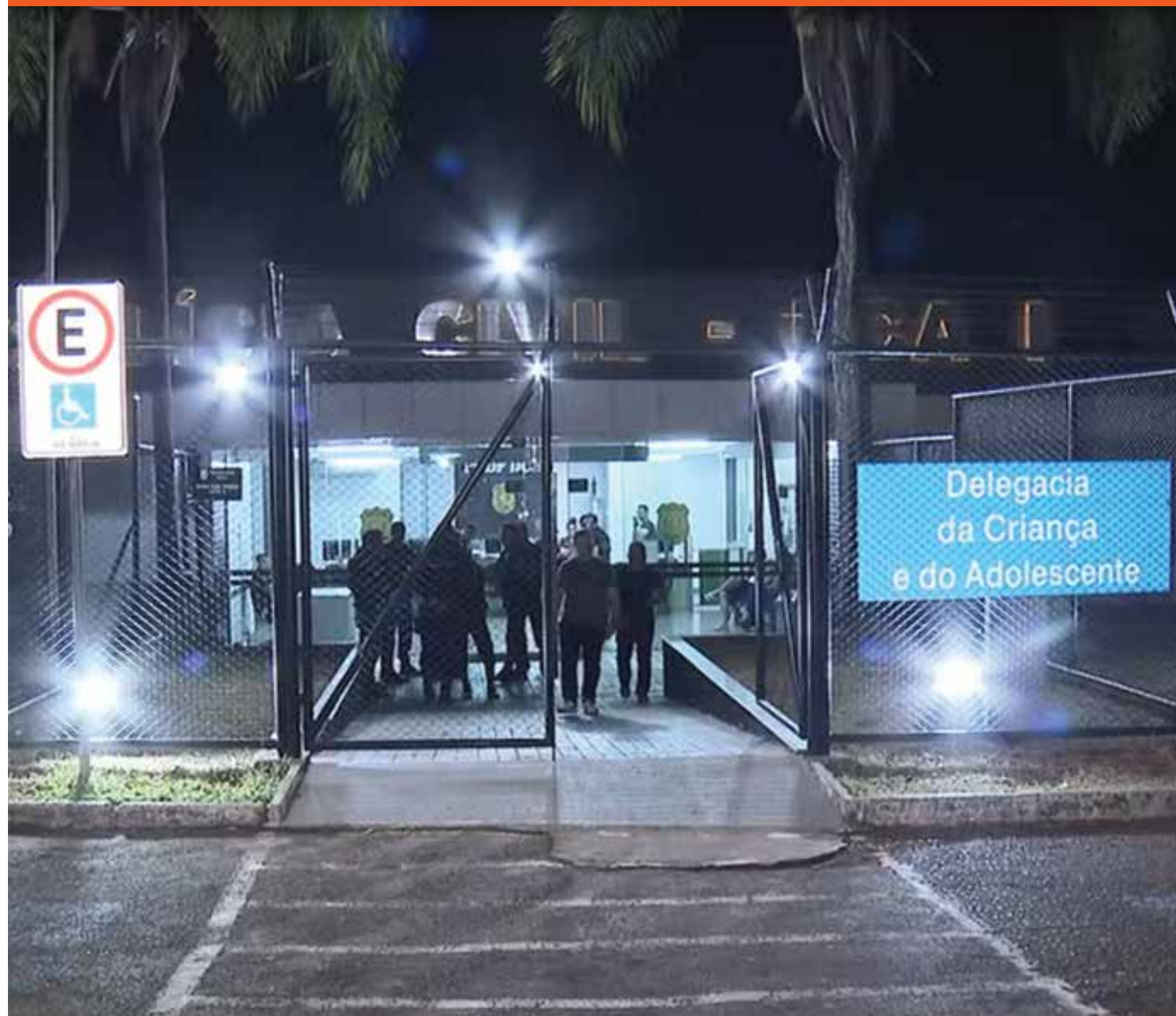
“O nosso objetivo é garantir que moradores e turistas circulem com tranquilidade. A orientação é que os motoristas não paguem pela ‘vigilância’ do carro e evitem qualquer tipo de confronto. Em caso de abordagem, devem acionar a Guarda Civil Municipal pelo número 153”, afirmou o secretário.

A Semana do Saco Cheio é um recesso escolar tradicional em Minas Gerais, próximo ao feriado do Dia do Professor, quando muitos mineiros escolhem Cabo Frio como destino de descanso, o que aumenta significativamente o movimento na cidade.



Equipes da Guarda Civil Municipal estão mobilizadas em diversos pontos da cidade. Crédito: divulgação/Prefeitura de Cabo Frio

## MENORES MATAM JOVEM POR CELULAR E DEBOCHAM NA DELEGACIA



O crime é investigado na Delegacia da Criança e do Adolescente, na Asa Norte. Crédito: divulgação

A frieza dos bandidos mirins envolvidos no latrocínio que tirou a vida do estudante do Colégio Militar Isaac Augusto de Brito Vilhena de Moraes, de apenas 16 anos, chocou até os policiais mais experientes. Na Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente (DCA I), os menores riam, trocavam olhares de deboche e zombavam da tragédia que haviam provocado, amparados pela impunidade de uma legislação ultrapassada. Um deles, de 15 anos, havia sido detido há apenas 18 dias por tráfico de drogas, mas como não há punição para menores, já estava de novo nas ruas.

*“Eles caçoam da lei e das vítimas. Não demonstram empatia nem arrependimento”,*

relatou o delegado Rodrigo Larizzatti, que estava de plantão no dia do crime. Na delegacia, os agentes apelidaram o grupo de “demônios mirins” diante da indiferença e crueldade demonstradas. Apenas um perguntou se Isaac havia sobrevivido. Os demais riam.

O assassinato ocorreu na noite de sexta-feira, 17 de outubro, na quadra 112 da Asa Sul, uma das regiões mais seguras do Distrito Federal. Isaac, aluno do Colégio Militar e recém-formado em inglês, jogava vôlei com amigos quando foi abordado por um grupo de adolescentes que usou o pretexto de pedir a senha do Wi-Fi para se aproximar. Ao tentar recuperar o celular roubado, foi esfaqueado no tórax e não resistiu.

A morte de Isaac reacendeu o debate sobre a legislação que protege menores infratores. A governadora em exercício, Celina Leão (PP), questionou: “Por que um adolescente de 16 anos pode votar e não pode responder pelos crimes que comete?”. O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, também se manifestou: “É chocante ver jovens de 14, 15 anos cometendo crimes em vez de estarem nas escolas. É uma questão que vai além da segurança pública”.

### Família destrozada pela impunidade

Isaac sonhava em seguir os passos do irmão e se tornar analista de segurança da informação. **“Ele era centrado, querido, tinha uma liderança natural. Sempre buscava fazer o certo”**, contou Édson, irmão da vítima. A última conversa entre os dois aconteceu um dia antes do crime. **“Nunca imaginei que seria a última vez que falaríamos”**, disse, com a voz embargada.

Moradores da Asa Sul relatam que crimes semelhantes têm se tornado rotina. **“Meu filho de 17 anos também já foi assaltado ali perto. A diferença é que, desta vez, a violência foi ainda mais brutal”**, lamentou um vizinho.

Enquanto os três adolescentes seguem à disposição da Vara da Infância e Juventude, a sociedade clama por mudanças. A morte de Isaac não pode ser apenas mais um número nas estatísticas. Ela escancara uma ferida aberta: a impunidade que protege criminosos mirins e condena famílias à dor eterna.



Vista aérea da Asa Sul em direção ao Centro de Brasília, Distrito Federal do Brasil. Crédito: Wikipédia

## CAPA

# PACOTE DE ENFRENTAMENTO AO CRIME

Conheça todos os detalhes do PEC-RJ, de autoria do deputado Rodrigo Bacellar, que institui uma série de medidas para melhoria da Segurança Pública no estado do Rio

Em resposta ao aumento da criminalidade no estado, o governador Cláudio Castro (PL) sancionou, no último dia 9 de outubro, o Pacote de Enfrentamento ao Crime Violento (PEC-RJ), de autoria do deputado estadual Rodrigo Bacellar (União), presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

A proposta, aprovada em discussão única pelo plenário no último dia 17 de setembro, reúne medidas voltadas ao fortalecimento da Segurança Pública e ao aumento da efetividade penal no estado.

Com a publicação no Diário Oficial, a lei entra em vigor imediatamente, e o governo terá 90 dias para definir sua regulamentação.

### Tecnologia e integração no combate ao crime

O principal eixo do PEC-RJ é a criação do Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente (SISCEI/RJ), que utilizará inteligência artificial, reconhecimento facial, geolocalização e análise de dados para monitorar egressos do sistema prisional reincidentes em crimes violentos.

O sistema será operado pelo Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Polícia Militar, com acesso compartilhado entre órgãos de segurança e o Ministério Público.

A tecnologia será integrada a câmeras públicas e privadas, mediante convênios com prefeituras, União e empresas.

“O que existe é trabalho conjunto e soma de esforços para garantir que o cidadão viva com mais segurança”, disse o deputado Rodrigo Bacellar (União).

E completou: “O objetivo é criar uma ferramenta capaz de agir preventivamente, identificando e acompanhando indivíduos reincidentes antes que cometam novos crimes. É inteligência aplicada à proteção da sociedade.”

Para o governador, a lei permitirá aliar tecnologia de ponta e estratégias de inteligência para enfrentar problemas estruturais antigos, como a violência e a insegurança. “Com as novas regras,

teremos avanços significativos nessa área. O Rio de Janeiro tem o direito de viver em paz. Essa é uma resposta concreta ao clamor da população por mais segurança”, completou Castro.

### Banco de dados e proteção à privacidade

A lei também cria um banco de dados unificado, com informações como nome, foto, processos criminais, endereço e reincidências.

O acesso será restrito a autoridades de segurança, ao Judiciário e ao Ministério Público, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

As informações deverão ser atualizadas a cada seis meses.

A inclusão de um ex-detento no sistema dependerá de ato administrativo fundamentado, com parecer técnico da inteligência policial. A revisão poderá ser solicitada após 180 dias, desde que o monitorado não seja alvo de nova investigação.

### Fim das visitas íntimas para crimes violentos

O PEC-RJ restringe as visitas íntimas a presos condenados por crimes hediondos ou com violência ou grave ameaça, conforme a Lei Federal nº 8.072/1990.

Segundo o autor, a medida busca “endurecer o regime prisional e evitar privilégios a condenados de alta periculosidade”.

“O endurecimento das regras não é uma questão de vingança, mas de justiça e coerência com o momento que vivemos. Enquanto o cidadão comum vive acuado, muitos criminosos continuam desfrutando de regalias dentro do sistema. Isso é inaceitável”, disse Bacellar.

### Cobrança de despesas de presos com recursos próprios

A nova lei autoriza o Estado a cobrar parte das despesas com alimentação, vestuário e higiene pessoal de presos que possuam capacidade econômica.



Rodrigo Bacellar com o governador Cláudio Castro; a primeira-dama Analine Castro; e o secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, Victor Santos. Crédito: divulgação

A cobrança será proporcional à renda ou ao padrão de vida, incluindo casos em que o preso receba auxílio financeiro de terceiros equivalente a dois salários mínimos ou mais.

Os valores arrecadados serão destinados ao Fundo Estadual de Administração Penitenciária, com aplicação em melhorias nas unidades e programas de ressocialização.

Presos sem condições financeiras estarão isentos e terão direito à defesa e recurso administrativo com efeito suspensivo.

### **Internação mínima para adolescentes infratores**

O texto altera também o funcionamento do sistema socioeducativo, fixando internação mínima de dois anos para adolescentes autores de atos infracionais com violência ou grave ameaça.

A medida visa reduzir a reincidência e reforçar a responsabilização proporcional à gravidade dos atos.

“O sistema socioeducativo precisa equilibrar o cuidado com o jovem e o dever de proteger a sociedade”, explicou Bacellar. “Não é justo que um adolescente que cometeu um ato violento grave retorne rapidamente às ruas sem acompanhamento adequado. A lei dá segurança jurídica e previsibilidade a esse processo”, completou.

A reavaliação da internação considerará o histórico do jovem, seus avanços educacionais e sociais e o risco de reincidência.

As diretrizes seguirão o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).

### **Regulamentação com participação social**

O Executivo estadual terá 90 dias para regulamentar os dispositivos da lei, com participação da Defensoria Pública, do Ministério Público e de organizações da sociedade civil ligadas aos direitos humanos.

### **Justificativa: aumento da violência em 2024**

Na justificativa do projeto, Bacellar citou dados do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ) que apontam crescimento expressivo da criminalidade em 2024:

☑ **+39% nos roubos de veículos;**

☑ **+13% nos roubos de rua.**

“O Rio precisa reagir. Esse é um gesto concreto do Legislativo diante da escalada da violência. O Parlamento fluminense está mostrando que é possível agir com rapidez, técnica e coragem política”, afirmou o deputado.

### **Repercussão entre parlamentares**

O projeto recebeu apoio de diferentes bancadas na Alerj. O deputado Luiz Paulo (PSD) destacou a constitucionalidade da proposta e defendeu que o tema seja ampliado nacionalmente.

*“Aqueles que discordarem podem recorrer à Justiça, mas o importante é que o debate avance”, disse.*

*“O Brasil é diverso e cada estado tem sua realidade. É preciso dar autonomia para que os estados legislem sobre segurança pública, respeitando suas peculiaridades.”*

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Rodrigo Amorim (União), classificou o pacote como um marco histórico.

*“O Rio de Janeiro é o primeiro estado a enfrentar de forma contundente questões sensíveis do sistema penitenciário. Durante anos, convivemos*

*com uma política penal frouxa, que não inibia o crime. Agora o Estado dá um passo firme para mudar esse cenário”, afirmou.*

A deputada licenciada Martha Rocha (PDT), ex-delegada de Polícia Civil, elogiou o enfoque técnico da proposta.

*“O nome PEC é simbólico. Representa um pacote de ações integradas para enfrentar a criminalidade e fortalecer a execução penal. Precisamos de medidas assim — duras, mas equilibradas — que reforcem a presença do Estado e o respeito à lei”, disse.*

O líder do PSOL na Alerj, Yuri Moura, também reconheceu o avanço do debate, mas fez ponderações.

*“É importante que a Assembleia assuma o protagonismo diante da inércia do governo estadual”, afirmou. E concluiu: “O Rio vive uma escalada de violência que exige planejamento, inteligência e políticas integradas — não apenas operações pontuais.”*

Para o deputado, o enfrentamento deve alcançar todos os elos da cadeia do crime:

*“Na favela não tem plantação de droga nem fábrica de arma. Os verdadeiros chefes do tráfico, milicianos e agentes corrompidos precisam ser responsabilizados.”*



Crédito: divulgação/Governo do Estado

### Prefeitos elogiam iniciativa e reforçam parceria

Prefeitos do estado também manifestaram apoio à nova lei.

Para o prefeito de Armação dos Búzios, Alexandre Martins (Republicanos), a sanção representa um avanço no combate à violência e um passo importante na integração entre municípios e governo estadual.

*“Essa é uma iniciativa que reforça o quanto o trabalho conjunto entre o Estado, os deputados e as prefeituras tem trazido resultados reais para o povo fluminense”, afirmou.*

*“Em cidades turísticas, segurança significa também desenvolvimento. Quando o visitante se sente seguro, a economia local floresce. Esse é*

*um investimento na vida e na dignidade das pessoas.”*

A prefeita de Cardoso Moreira, Geane Vincler (União), destacou o impacto positivo do uso de tecnologia.

*“A segurança pública é uma das maiores preocupações da população fluminense. O cerco eletrônico e as novas ferramentas de monitoramento são soluções modernas e necessárias”, disse.*

*“Toda ação que fortaleça o combate à criminalidade deve ser recebida com seriedade e apoio. Essa lei representa um passo importante nessa direção.”*

Já a prefeita de Araruama, Daniela Soares, afirmou que o pacote complementa os esforços municipais de modernização da segurança pública.

*“Com a sanção do Pacote de Enfrentamento ao Crime, Araruama reforça seu compromisso com a vida e com a tranquilidade dos cidadãos”, declarou.*

*“Temos investido em capacitação da Guarda Civil e em programas como o Segurança em Foco. Esse novo pacote estadual chega para somar forças e garantir uma atuação ainda mais integrada.”*



Policiais civis durante ação em comunidade no Rio. Crédito: divulgação/Governo do Estado

**POLÍTICA****CÂMARA APROVA LEI QUE TORNA OBRIGATÓRIA COLETA DE DIGITAIS NA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO**

O deputado General Pazuello é autor do PL que torna obrigatória a coleta das impressões digitais dos pés de recém-nascidos e dos dedos da mãe na DNV. Crédito: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 9 de outubro, o Projeto de Lei nº 2.611/2023, que torna obrigatória a coleta das impressões digitais dos pés de recém-nascidos e dos dedos indicadores e polegares da mãe na Declaração de Nascido Vivo (DNV) — documento essencial para a emissão da certidão de nascimento. A proposta é de autoria do deputado federal General Pazuello (PL-RJ) e teve como relatora a deputada Bia Kicis (PL-DF).

O projeto determina que essas informações biométricas passem a integrar o banco de dados do Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas

Naturais (ON-RCPN), aumentando a segurança e rastreabilidade dos registros de nascimento.

Atualmente, apenas a digital do pé do bebê é coletada na DNV. Com a nova legislação, a coleta será mais completa, possibilitando maior controle e prevenção contra crimes como tráfico de pessoas, adoção ilegal e até comércio de órgãos.

“São medidas simples, mas que contribuirão para o enfrentamento a ações de criminosos, principalmente no que se refere às práticas de adoção ilegal e tráfico de órgãos”, afirmou o deputado General Pazuello durante a votação.

**Medida busca frear crimes silenciosos**

O tráfico de recém-nascidos em maternidades é um problema antigo, marcado por subnotificação e dificuldade de investigação. Segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos, entre 2020 e 2021, dos 301 casos registrados de tráfico de pessoas no Brasil, mais da metade (50,1%) envolvia crianças e adolescentes. Em 2023, os canais de denúncia Ligue 180 e Disque 100 receberam 178 relatos de possíveis casos de tráfico de mulheres e crianças, mas especialistas alertam que o número real pode ser muito maior.

Para o desembargador Paulo Alcântara, corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e coordenador de comitês nacionais de combate ao tráfico de pessoas, a iniciativa representa um avanço no combate a fraudes e crimes envolvendo recém-nascidos.

“A certidão de nascimento é, hoje, um documento analógico num mundo digital. Quanto mais segurança dermos a ela, com elementos como impressões digitais e identificação biométrica, mais

protegidas estarão nossas crianças”, declarou Alcântara, em vídeo enviado ao deputado Pazuello.

“É uma pauta que interessa à nação inteira, e parabeno os parlamentares por essa aprovação”, completou.

**O que muda com a nova lei?**

A Declaração de Nascido Vivo é o documento emitido pelas maternidades que serve como base para o registro civil do bebê em cartório. De acordo com o Ministério da Saúde, a DNV também é usada para coletar dados estatísticos sobre nascimentos, tipo de parto e condições pré-natais, além de servir como documento de identificação provisório do recém-nascido. Com a nova exigência, hospitais e maternidades deverão aprimorar seus protocolos de coleta de dados, garantindo que as digitais do bebê e da mãe sejam registradas e encaminhadas ao sistema nacional de identificação civil.

A proposta agora seguirá para análise no Senado Federal. Se aprovada sem alterações, será encaminhada à sanção presidencial.



Crédito: Pixabay

## FLORESCEM DA AUTOESTIMA: RIO GANHA LEI QUE CELEBRA A FORÇA E O RENASCIMENTO DA MULHER

A cidade do Rio agora tem uma data oficial para celebrar a força interior das mulheres. Sancionada pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), a Lei nº 9.089/25, de autoria da vereadora Gigi Castilho (Republicanos), inclui no calendário da cidade o Dia do Florescer da Autoestima da Mulher, a ser celebrado anualmente em 7 de março, véspera do Dia Internacional da Mulher.

Mais do que uma homenagem, a data propõe ações concretas de valorização pessoal e coletiva, palestras, oficinas de capacitação, exposições, atendimentos psicológicos e orientações jurídicas voltadas à saúde emocional e ao fortalecimento da mulher. A proposta nasceu do olhar sensível da vereadora, que tem feito do mandato uma extensão de sua trajetória como educadora e defensora das mulheres.

“Essa lei nasceu das conversas que tive com mulheres reais. Mães, trabalhadoras, empreendedoras, mulheres que se olham no espelho e muitas vezes não se reconhecem. O Dia do Florescer



A medida representa o reconhecimento de que confiança e equilíbrio emocional são tão essenciais quanto as conquistas sociais e profissionais, segundo a vereadora. Foto: divulgação

da Autoestima é um convite para que cada uma delas volte a se ver com amor, orgulho e força. A autoestima não é vaidade, é sobrevivência”, afirma a vereadora.

Na justificativa, Gigi destaca que a baixa autoestima feminina é um problema silencioso, capaz de afetar a autonomia, a saúde mental e o desenvolvimento pessoal de milhares de mulheres. Por isso, a parlamentar defende políticas públicas que estimulem o amor-próprio e a autovvalorização, não apenas como temas de campanha, mas como parte permanente da agenda municipal.

Ao lado de outras iniciativas de sua autoria, como a criação das Salas Lilás nos CRAS, o Programa de Vacinação Domiciliar para pessoas com TEA e a Caminhada pelo Autismo em Sepeitiba, o Dia do Florescer da Autoestima entra no calendário carioca como um lembrete de que o autoconhecimento e a autoestima feminina são sementes de transformação social.



A vereadora Gigi Castilho recebe o carinho de uma apoiadora em Sepeitiba, na Zona Oeste do Rio. Crédito: divulgação

## CÂMARA DO RIO CONSAGRA LAURO RABHA, O ADVOGADO QUE UNE A POLÍTICA E O DIREITO NO RIO



Na foto, Lauro Rabha posa com o pai Elias José Rabha, a mãe Maristela Rabha e o filho Miguel, além dos vereadores Marcos Dias, Rodrigo Vizeu e Wagner Tavares. Crédito: Cicero Rodrigues/CMRJ

Não foi uma sessão comum. Em uma demonstração de união, o plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ficou lotado para celebrar o reconhecimento do mais novo cidadão carioca. O advogado Lauro Rabha, especialista em Direito Público e Eleitoral, foi o grande homenageado em uma cerimônia que reuniu figuras de peso dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário fluminense. A noite de 13 de outubro foi marcada pela entrega do Conjunto de Medalhas Pedro Ernesto, a mais alta honraria da Casa, e do Título de Cidadão Honorário, consolidando a influência e o prestígio do homenageado.

A iniciativa partiu do vereador Wagner Tavares (PSB), com coautoria de Marcos Dias (Pode), enquanto o título de cidadania foi concedido por Rodrigo Vizeu (MDB). A solenidade transformou-se em um verdadeiro ponto de encontro para a elite política e jurídica do estado. Nas galerias e no plenário, a lista de presentes impressionava: os secretários municipais Daniel Soranz (Saúde), Marcelo Queiroz (Administração) e Cíntia Félix (Integração Metropolitana); o deputado estadual e secretário de Esportes Guilherme Schleder; o deputado estadual Jorge Felipe Neto; o presidente da Comlurb, Renato Rodrigues; e o procurador-geral do município, Daniel Bucar.

O prestígio de Rabha estendeu-se para além da capital. O prefeito de Mangaratiba, Luiz Claudio Ribeiro, o presidente da Câmara de Itaguaí, Haroldo Jesus, e parlamentares de Guapimirim e Petrópolis também marcaram presença. A relevância do evento foi destacada por Jorge Felipe, que presidiu a Câmara por cinco mandatos: “Poucas vezes este plenário viu tamanha presença de lideranças em uma única solenidade”.

Os discursos que se seguiram pintaram o retrato de um profissional que transcende a advocacia. “Lauro tem credibilidade técnica e respeito institucional, mas também sensibilidade humana, visão estratégica e humildade”, ressaltou Wagner Tavares. Já Vizeu foi enfático: “Representa o que o Rio precisa: inteligência, honestidade e capacidade de unir”.

Nascido em Angra dos Reis e filho do ex-vereador Elias José Rabha, Lauro mudou-se para o Rio aos 17 anos para estudar Direito. Sua carreira foi marcada pela excelência e dedicação ao Direito Público, com especializações em instituições como PUC/RJ e FGV/Rio. Atualmente, seu escri-

tório é referência em Direito Eleitoral e atende a concessionárias de serviços públicos e a servidores públicos.

Ao final, emocionado e aplaudido de pé, Lauro Rabha subiu à tribuna para agradecer. Relembrou sua trajetória, desde a saída de Angra dos Reis até se consolidar profissionalmente na capital. “Nunca nos meus melhores sonhos imaginei estar aqui recebendo essa medalha com 37 anos. O Rio me deu carreira, me deu vida e hoje me dá cidadania. Recebo essa homenagem como premissa do que ainda posso construir por esta cidade”, afirmou.

A definição mais precisa da noite, no entanto, talvez tenha vindo do deputado Marcelo Queiroz, amigo e cliente do homenageado. “O Lauro não é só advogado. É amigo, conselheiro, estrategista. Tem talento de sobra para ser ministro do Supremo, mas carrega a alma leve de quem apenas quer fazer o bem”. A cerimônia não apenas reconheceu um jurista competente, mas celebrou um articulador nato, cuja principal habilidade é construir pontes nos bastidores do poder fluminense.



Políticos e autoridades lotam o plenário da Câmara em noite de homenagem ao Dr. Lauro Rabha. Crédito: Divulgação/CMRJ

## ALERJ DEBATE PROJETO QUE ALERTA PARA OS IMPACTOS DA MÚSICA NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA



Deputado Arthur Monteiro. Crédito: Alex Ramos/Alerj

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) está prestes a abrir um novo capítulo na relação entre cultura e saúde pública. Tramita na Casa o Projeto de Lei nº 6249/2025, de autoria do deputado Arthur Monteiro (União), que propõe a criação da Política Estadual de Conscientização sobre os Efeitos da Música na Saúde Mental e Física. A proposta visa educar especialmente jovens e adolescentes sobre como diferentes ambientes musicais podem influenciar o equilíbrio emocional, o funcionamento cerebral e o bem-estar geral.

Segundo Monteiro, a música é uma ferramenta de transformação social, capaz de promover cura, aprendizado e cultura de paz. No entanto, ele alerta para os riscos de uma exposição descontrolada a certos conteúdos sonoros, que podem estimular ansiedade, sexualização precoce e até facilitar o contato com ambientes criminosos. “É urgente que a população esteja consciente dos efeitos da música. Isso também se ancora no dever constitucional de proteger a infância, a juventude e a saúde da população”, declarou o parlamentar.

A proposta prevê uma série de ações concretas: campanhas educativas em escolas, ca-

pacitação de professores, criação de um comitê interinstitucional com especialistas em neurociência, psicologia e saúde pública, além do desenvolvimento de uma plataforma digital interativa com conteúdos acessíveis. A ideia é fomentar uma escuta crítica e consciente, sem censura, mas com responsabilidade.

O projeto também contempla a realização de seminários, congressos e eventos voltados à discussão dos impactos da música e de outros estímulos sonoros na saúde mental. Relatórios públicos com dados e recomendações serão divulgados periodicamente. A execução da política poderá ocorrer em parceria com as secretarias de Saúde, de Educação, de Cultura e de Ciência e Tecnologia, além de universidades e centros de pesquisa.

Monteiro reforça que a juventude fluminense é especialmente vulnerável às narrativas culturais disseminadas por certos estilos musicais. Para ele, cabe ao Estado garantir que os jovens tenham acesso à informação e desenvolvam autonomia para fazer escolhas conscientes. O projeto ainda será analisado por sete comissões da Alerj antes de seguir para votação em Plenário.

## SENADO DEBATE AUTONOMIA PENAL DOS ESTADOS EM MEIO À OFENSIVA DO RIO CONTRA O CRIME ORGANIZADO



Ação de policiais em comunidade do Rio de Janeiro. Crédito: Divulgação/Governo do Estado

Após avanços legislativos no combate à criminalidade no Rio de Janeiro, a Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal analisou, no último dia 21 de outubro, um projeto que pode redefinir de vez o papel dos estados na execução penal. A proposta, de autoria da ex-senadora Margareth Buzetti, autoriza que unidades federativas legislem sobre aspectos específicos do processo penal, como regras para reparação de vítimas e fiscalização de penas alternativas.

A votação ocorre em meio à sanção da nova lei estadual que proíbe a saída temporária de presos ligados a facções criminosas no Rio de Janeiro, proposta pelo governador Cláudio Castro e aprovada por ampla maioria na Assembleia

Legislativa (Alerj), e ao lançamento do Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ) pelo presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar. O pacote inclui medidas inéditas de segurança, como o uso de inteligência artificial para monitoramento carcerário e reforço na atuação das forças policiais.

Relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 28/2024, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) defende que “é ilógico impor a mesma legislação penal em todas as regiões do Brasil”, citando desigualdades socioeconômicas. O texto prevê que estados possam definir regras sobre:

- Efeitos da condenação penal, como perda de cargo público ou habilitação para dirigir;

- Destino de valores arrecadados com multas;
- Medidas de ressocialização durante a execução penal.

Outro projeto em pauta é o PL 839/2024, também de autoria de Buzetti, que endurece o regime de cumprimento de pena para líderes de organizações criminosas armadas. A proposta determina que a prisão seja em regime fechado e em presídios de segurança máxima, independentemente da pena. Além disso, eleva de 70 para 75 anos a idade mínima para aplicação da “circunstância atenuante” e amplia de 3 para 10 anos o tempo máximo de internação de adolescentes infratores em casos de violência ou crimes hediondos.

A reunião da CSP também retoma o debate sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 1/2025, que busca suspender o Decreto 12.341/2024 do

governo federal. O decreto estabelece que o uso de armas de fogo por agentes de segurança deve ser o último recurso e proíbe disparos contra pessoas desarmadas em fuga.

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR), autor do PDL, argumenta que o decreto invade competências do Congresso Nacional e dos estados. O relator, senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), apoia a suspensão. A proposta havia sido discutida em outubro, mas foi adiada após pedido de vista do senador Fabiano Contarato (PT-ES).

Com a escalada da violência e o fortalecimento de facções criminosas em diversas regiões do país, o debate sobre descentralização penal e endurecimento das penas ganha força no Congresso, refletindo uma nova fase da política de segurança pública no Rio de Janeiro.



Ex-senadora Margareth Buzetti durante audiência no Senado. Crédito: divulgação

## ENTREVISTA

**ESPORTE COMO POLÍTICA PÚBLICA: O OLHAR TRANSFORMADOR DE FELIPE PAMPOLHA**

*Recém-chegado à presidência da Suderj (Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro), Felipe Pampolha traz para a autarquia um perfil de gestor moderno, com base no diálogo, na eficiência e na visão social do esporte. Empreendedor e ex-coordenador dos Centros de Referência da Juventude do Estado, ele inicia sua gestão com o desafio de fortalecer o sistema estadual de esporte, ampliando o acesso e a inclusão em diferentes territórios. Nesta entrevista, Felipe Pampolha fala sobre sua trajetória, os valores que orientam sua atuação e a importância do esporte como política pública transformadora.*

**1. Felipe, você vem do empreendedorismo, mas sempre com um olhar voltado para o social. Como essa combinação influencia sua forma de gestão pública?**

O empreendedorismo me ensinou a enxergar oportunidades onde muitos veem obstáculos. Quando esse olhar se conecta à responsabilidade social, ele ganha outro sentido: o de transformar realidades. Na Suderj, essa mentalidade está presente em cada decisão, buscamos eficiência, mas também impacto humano. O esporte é uma das ferramentas mais poderosas para isso, porque gera pertencimento, autoestima e oportunidades.

**2. Antes de assumir a Suderj, você coordenou os Centros de Referência da Juventude do Estado. Que aprendizados essa experiência trouxe para sua atuação atual?**

Foi uma escola de gestão e empatia. Estar próximo dos jovens, principalmente em territórios vulneráveis, me fez compreender a importância de políticas públicas que dialoguem com o cotidiano das pessoas. Aprendi que o Estado precisa



Felipe Pampolha, presidente da Suderj. Crédito: divulgação

ser presença e não apenas promessa. Hoje, aplico essa vivência na Suderj, focando em promover ações que levem esporte e inclusão a quem mais precisa.

**3. Você acaba de assumir a presidência da Suderj. Quais são as primeiras ações e prioridades nesse início de gestão, especialmente em espaços como a Vila Olímpica do Sampaio e o Complexo Esportivo da Rocinha?**

Chego à Suderj com o compromisso de resgatar a força e o papel social do esporte no Estado.

Nesse início de gestão, nosso foco tem sido reestruturar e revitalizar os equipamentos esportivos que têm grande impacto nas comunidades, como a Vila Olímpica do Sampaio e o Complexo Esportivo da Rocinha. Esses espaços são símbolos da política pública que funciona, aquela que aproxima o Estado das pessoas. Queremos desenvolvê-los à população com uma nova dinâmica, mais acessível, inclusiva e conectada à realidade local. É o primeiro passo de uma gestão que acredita no esporte como presença, cidadania e transformação.

**4. A Suderj promove os Jogos Escolares Paralímpicos, que já se tornaram referência no calendário nacional de atividades paralímpicas. Qual é a importância desse evento, que terá nova edição em novembro?**

Os Jogos Escolares Paralímpicos são motivo de orgulho para o Rio de Janeiro e um marco no calendário esportivo nacional. Promovidos pela Suderj, eles representam o compromisso do Estado com a inclusão, a diversidade e a valorização do paradesporto. É um evento que vai muito além da competição, é sobre superação, pertencimento e respeito. Ver jovens atletas de diferentes regiões participando com tanto entusiasmo é inspirador. A edição de novembro reafirma essa trajetória e consolida o Rio como um dos grandes pólos de desenvolvimento do esporte paralímpico no país.

**5. O sobrenome Pampolha já tem história na política fluminense, especialmente com o conselheiro Thiago Pampolha, seu primo. Essa convivência influenciou de alguma forma sua trajetória?**

Sem dúvida. O Thiago é uma referência de seriedade e compromisso público. Sempre acompanhei de perto sua dedicação e a forma como conduz o trabalho com equilíbrio e diálogo. Mas sigo meu próprio caminho, construindo uma trajetória que une empreendedorismo, gestão pública e compromisso com o social, princípios que também fazem parte da nossa história familiar.

**6. A Suderj tem investido em reestruturação e novas parcerias. Quais são as prioridades da sua gestão?**

Nosso foco é fortalecer o sistema estadual de esporte. Isso passa pela recuperação de equipamentos, apoio a projetos de base e estímulo a iniciativas que promovam inclusão e formação cidadã. Estamos construindo uma Suderj mais moderna, aberta ao diálogo com prefeituras, instituições e o setor privado. O esporte precisa de união de esforços para realmente gerar impacto.

**7. A Suderj é uma instituição histórica, que faz parte do imaginário da população fluminense. Como você enxerga o papel dela no futuro do esporte do Estado?**

A Suderj carrega um peso simbólico enorme. Ela faz parte da memória afetiva do esporte fluminense e representa décadas de conquistas, talentos e sonhos que nasceram sob sua estrutura. Nosso desafio agora é atualizar esse legado, fazer com que a Suderj volte a ocupar o lugar de protagonismo que sempre teve, mas com uma visão moderna e inclusiva. Queremos que ela seja reconhecida como articuladora da política esportiva do Estado, conectando projetos, territórios e pessoas. O esporte é investimento social e econômico, e a Suderj tem papel essencial nessa engrenagem que transforma vidas e fortalece comunidades.

**8. Para encerrar, como tem sido esse novo desafio à frente da Suderj e que mensagem você deixaria para os jovens que acreditam no poder da transformação coletiva?**

Assumir a presidência da Suderj é um desafio que me enche de entusiasmo e senso de responsabilidade. Agradeço ao governador Cláudio Castro pela confiança em me permitir liderar uma instituição tão simbólica e importante para o nosso Estado. Tenho chegado com energia e propósito, disposto a trabalhar muito para que o esporte volte a ocupar o espaço que merece nas políticas públicas. Aos jovens, eu deixo uma mensagem simples: acreditem que é possível transformar o lugar onde vocês vivem. O esporte ensina que a conquista vem com esforço, ética e união, e é com esses valores que quero conduzir essa nova etapa da minha vida pública.

**ARTIGO****PELO FIM DA  
IMPUNIDADE****Por Rodrigo Amorim\***

Deputado Rodrigo Amorim. Crédito: divulgação

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu, no final de junho, quando as plataformas digitais poderão ser acionadas por conta de conteúdos ilícitos de terceiros. A regulamentação das redes sociais é um debate que há tempos vem mobilizando não somente os ministros do Supremo, mas os Três Poderes da República, com ações do Palácio do Planalto e articulações do Congresso Nacional. Isso sem contar a mídia, que repercute o debate, estimulando uma mobilização nacional de grandes proporções. Longe de mim dizer que o tema não é importante. Mas em um país onde a violência mata uma média de 125 pessoas por dia, e a corrupção corrói as instituições, eu sonho com o dia em que conseguiremos a mesma – ou maior – mobilização pelo fim da impunidade.

Há mais de 50 anos que policiais e membros do Judiciário trabalham com as leis ultrapassadas do nosso Código Penal – que embora tenha sofrido diversas mudanças, foi aprovado em 1940. Sempre que um crime bárbaro assola o país, ou um criminoso condenado é solto, o debate sobre a necessidade de um novo Código vem à tona. A questão é que nunca houve uma mobilização com força o suficiente para mobilizar todos os poderes e acabar de vez com as brechas que ainda protegem bandidos e corruptos. Mesmo que a resolução efetiva para o fim da violência dependa também de políticas públicas, não podemos mais adiar essa discussão.

Nas prisões, a maioria dos nossos detentos foi condenada por tráfico de drogas, crime previsto em uma legislação específica, fora do Código Penal, assim como o Estatuto do Desarmamento, que trata do porte ilegal de armas e do tráfico de armas, e da lei de organizações criminosas. É preciso rediscutir todas essas leis, endurecer as penas, entender os novos meios de atuação dos criminosos, criar regras para assuntos que

nos afligem, e garantir a segurança das famílias, que estão à mercê dos bandidos. Não é mais possível que ladrões de celular, só para citar um exemplo, sejam presos e saiam das delegacias antes que os policiais que os prenderam. E não estou exagerando: muitas vezes menores infratores são liberados e os policiais permanecem no local finalizando o boletim de ocorrência.

O crime nunca esteve tão organizado, atuando de Norte a Sul do país, com esquemas infiltrados em diversos níveis, e cooptando jovens das periferias atraídos pela impunidade. Temos normas penais que permitem demasiadamente o juízo de valor, além de novos delitos que sequer estão previstos no Código Penal. São crimes de tortura, de abuso de autoridade, crimes de ordem tributária, crimes ambientais, entre outros. Se esse cenário não for o suficiente para estimular uma mobilização nacional pelo endurecimento das leis, sinceramente, eu não sei onde vamos parar!

A falta de regras mais rígidas para punir quem comete crimes de corrupção também precisa ser discutida. A corrupção prejudica o desenvolvimento econômico, afasta investimentos, e gera instabilidade e desconfiança das instituições públicas, dificultando o acesso aos serviços públicos e acentuando a desigualdade social. São impactos que afetam a vida de milhares de brasileiros. Por isso, precisamos “colocar o dedo na ferida”. Não dá mais para adiar esse debate público. Essa não é uma pauta unicamente política. Muito pelo contrário. É um chamado maior para todos os poderes, as instituições públicas, a sociedade civil e os cidadãos brasileiros que amam o Brasil e desejam criar seus filhos e netos com mais justiça e igualdade. Podemos mudar a história desse país se nos unirmos agora, imediatamente, pelo fim da impunidade.

\*Rodrigo Amorim é advogado, deputado estadual e presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alerj.



## UMA CAMPANHA VITORIOSA COMEÇA NA IMPRESSÃO CERTA

Mais de 20 anos de experiência em campanhas políticas

Quando o voto é decidido no detalhe, a imagem faz toda a diferença. Há mais de duas décadas, a **Padrão Color** é a parceira de confiança dos maiores nomes da política. Produzimos com qualidade, agilidade e sigilo total — **porque sabemos que em campanha, tempo é voto.**

Para todos os políticos da  
próxima campanha 2026

Produção rápida e garantida

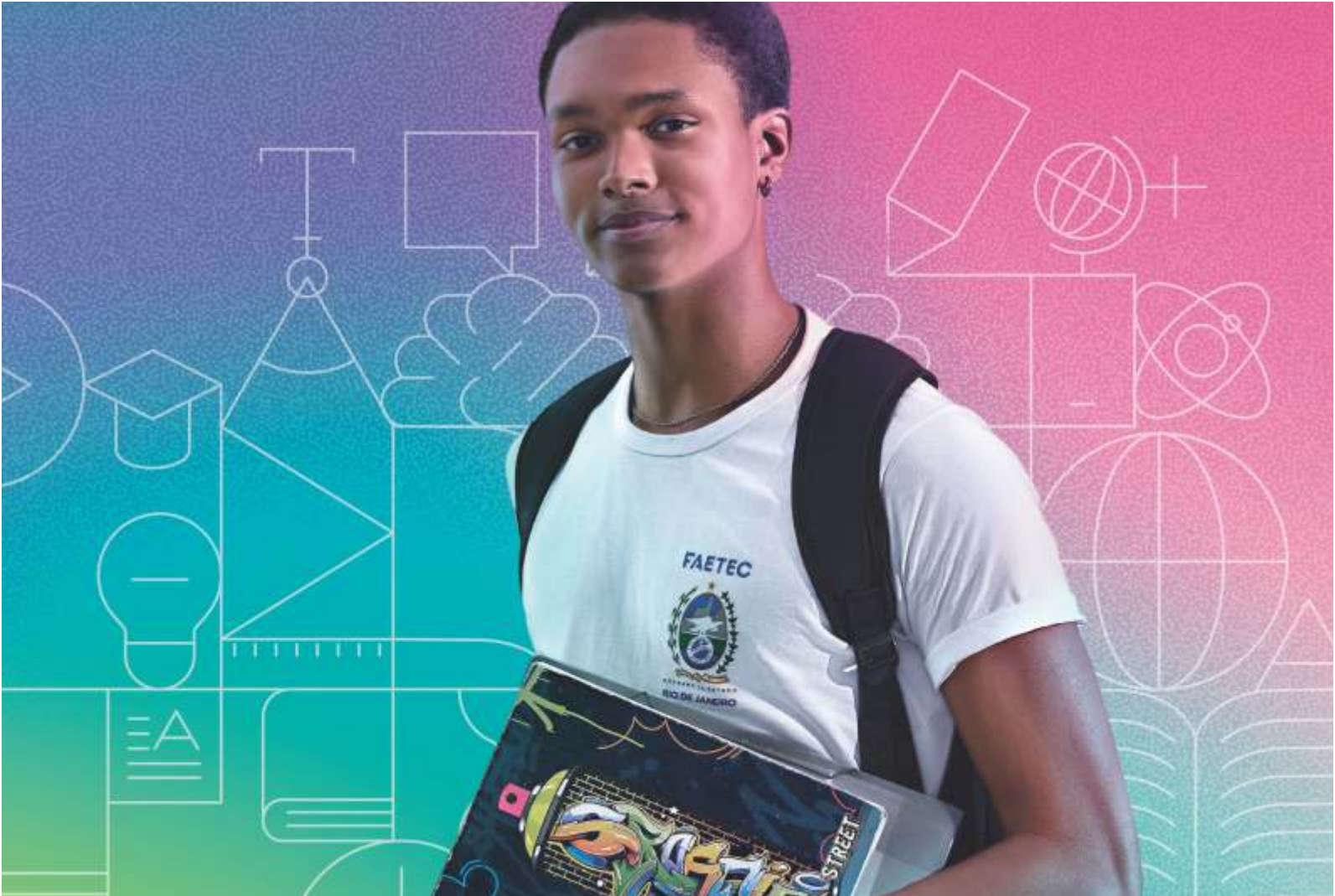
Funcionamento 24h — porque  
o ritmo da política não para

Escolhida pelos melhores  
políticos e equipes de campanha

Da impressão de materiais de rua, à produção offset e comunicação visual, temos tudo que sua campanha precisa pra marcar presença — e conquistar eleitores.



Quem entende de campanha,  
imprime com quem faz história.



# A FAETEC NÃO PARA DE CRESCER.

É mais investimento, mais oportunidades  
e um futuro melhor para o nosso estado.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro nunca investiu tanto na FAETEC. E com mais investimento, vem mais oportunidades: são mais de 200 mil vagas para novos alunos, 3 mil vagas de estágio, 257 convocações para concurso e mais de mil vagas para mulheres em vulnerabilidade. Também inauguramos 15 novas unidades e 42 laboratórios de iniciação científica. Hoje, temos mais de 70 mil alunos por ano, com mais de mil opções de cursos gratuitos. Porque o trabalho não para. É todo dia e é para todos.

**FAETEC**



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO**

O TRABALHO NÃO PARA. É TODO DIA E É DE TODOS.

Acesse [faetec.rj.gov.br](http://faetec.rj.gov.br) e conheça os cursos.

